

Jornal da Energia – 22/01/2010

Entrevista: A opinião de quem está observando o setor elétrico

Presidente do Instituto Acende Brasil opina sobre os temas que repercutiram no ano passado

Por Milton Leal

O setor elétrico brasileiro ganhou grande repercussão midiática no ano passado. E tudo leva a crer que 2010 não será diferente. Depois de enfrentar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados e passar por um blecaute que deixou 18 Estados brasileiros sem energia, o segmento terá que acompanhar o forte crescimento econômico aguardado pelos analistas e também deverá ser bastante discutido nos acalorados debates políticos que só um ano eleitoral reserva.

Do alto de um mirante, buscando analisar sob uma ótica de longo prazo as consequências dos acontecimentos presentes e também o futuro deste pujante segmento, o Instituto Acende Brasil, que se denomina como o "Observador do setor elétrico", busca com suas análises aumentar o grau de transparência e sustentabilidade deste ambiente econômico. Em entrevista exclusiva ao site Jornal da Energia, o engenheiro industrial e presidente da entidade, Cláudio Sales, faz avaliações sobre o que de mais importante afetou o setor em 2009 e o que pode estar por vir.

O especialista é enfático ao afirmar que "de jeito nenhum" o governo e a Aneel deveriam tentar encontrar uma forma de ressarcir os consumidores que pagaram valores indevidos em decorrência da falha na metodologia de cálculo da parcela A das tarifas de energia elétrica. Para ele, os contratos foram cumpridos conforme estava escrito, mas ajustá-los para o futuro é uma medida necessária.

Sales também opina sobre a atuação do diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, que assumiu o cargo no início do ano passado. O presidente do Instituto Brasil acredita que em 2009, com relação a alguns temas, a agência não demonstrou a neutralidade exigida de um ente regulador.

Confira abaixo os principais trechos desta entrevista:

Depois de quase um ano e meio do início da crise financeira internacional, qual sua avaliação acerca das consequências que este evento deixou para o setor elétrico brasileiro?

Se olharmos os dados do final de 2007, nós tínhamos uma ameaça muito grande. Existia um déficit estrutural na oferta de energia. Hoje, temos um superávit estrutural. O que levou a isso? Uma das explicações, sem dúvida, é o reflexo da crise, que interrompeu o crescimento da demanda de energia. Houve um impacto na oferta de energia e teve um impacto no consumo de energia, afetando as expectativas das empresas distribuidoras. Então, para todos os sentidos, a crise teve, sim, um impacto no setor elétrico brasileiro.

E para 2010? Qual a expectativa com relação ao consumo e à oferta de energia elétrica?

Existe uma perspectiva de crescimento da economia e com isso o crescimento da demanda de energia deve ser retomado. Do ponto de vista da oferta, como agora estamos em uma situação de superávit e temos usinas novas para entrar, nós vamos continuar nessa situação confortável. Aqui no Observatório nós fazemos uma avaliação com um horizonte de cinco anos e podemos atestar que o período de 2009 a 2013 o Brasil estará em uma posição confortável e com um risco de racionamento bem baixo.

No ano passado, o Nelson Hubner assumiu a Aneel no lugar de Jerson Kelman. Que análise o Acende Brasil faz desse primeiro ano de gestão do novo diretor-geral? Alguma coisa mudou em relação ao posicionamento da agência diante das questões do setor elétrico?

Falando em tese, o que a gente espera de uma agência reguladora é que ela seja um órgão de Estado, permanente, que pautar sua atuação sob uma ótica de longo prazo e que deve transcender políticas de governo, que são vinculadas a prazos e mandatos. Um dos pressupostos de uma agência eficiente é que ela consiga ser absolutamente neutra do ponto de vista dos interesses imediatos, quer de consumidores, quer de empresas, quer de governo. Então, a agência teria que ficar no centro desses interesses.

E a agência tem ficado no centro?

Ano passado, tivemos alguns episódios que essa neutralidade não se observou com certa clareza. Mas eu atribuo isso a uma curva de adequação própria de todo novo mandato. A esperança para 2010 é que de fato a agência cada vez mais se fortaleça dentro da posição de neutralidade, que é essencial para o funcionamento do setor.

Quais foram esses episódios?

O ano de 2009 foi marcado por uma politização do setor elétrico por iniciativa dos parlamentares na Câmara dos Deputados que, baseados em informações distorcidas, mas de grande apelo popular, despertaram atenção e holofotes de interesse político. Isso não partiu da agência, mas ela acabou sendo alvo ou vítima do reflexo dessas iniciativas políticas.

O presidente Lula emanou um pedido aos executivos da Eletrobrás para que eles transformem a empresa na Petrobras do setor elétrico. Na sua opinião, a companhia está desempenhando bem este papel visando essa escalada?

Nós temos que analisar isso com muita serenidade. Uma manifestação desse tipo, partindo do presidente da República, não entendo que deva ser tomada literalmente, porque são empresas diferentes e de naturezas totalmente diferentes. Eu entendo essa mensagem como um estímulo para que a Eletrobrás cada vez mais faça o seu papel, que é muito importante para o País. O que se espera é que ela tenha eficiência para conseguir aproveitar todo o potencial que ela possui. O Brasil precisa contar com investimentos privados e estatais e a Eletrobrás, do ponto de vista de investimento estatal, é o principal veículo.

O que pode ser feito para reduzir a atual carga tributária que incide sobre o setor elétrico?

A carga tributária da conta de luz dos brasileiros é um absurdo. Segundo um estudo da PricewaterhouseCoppers, até pouco tempo atrás, a carga já chegava a 45,3%. E tudo indica que este percentual está sendo crescente. O que está na origem disso é o fato de que o setor elétrico por ser o serviço público de maior eficiência e abrangência do País - hoje já atende a mais de 98% da população -, que atua através de um serviço organizado, de empresas organizadas que emitem e cobram contas, é usado como um veículo de arrecadação.

A cada ano, o governo e o Congresso criam novos encargos e novos impostos sobre a conta de luz e o consumidor não tem conseguido se defender. Várias iniciativas de agentes do setor elétrico tem surgido no sentido de mostrar tanto ao governo, quanto aos parlamentares, que seguir nessa tendência não faz sentido. Mas as experiências demonstram que todas essas iniciativas são infrutíferas. O que se poder fazer é a

sociedade realmente começar a se manifestar contra esse problema, pressionando seus políticos e seus governos para reverter essa tendência, que é muito negativa.

Analisando os leilões de energia que foram realizados após a implementação do novo modelo, em 2004, que lições podem ser tiradas de seus resultados?

Desde 2004, a legislação obriga que as distribuidoras só comprem energia através desses leilões organizados de uma forma centralizada. Esse aspecto tem se mostrado bastante eficiente. Isso não foi observado nos primeiros leilões, mas hoje nós estamos tendo leilões competitivos e com resultados extremamente positivos tanto do ponto de vista de se atender a uma demanda necessária, quanto de uma forte competição entre os participantes que reflete na otimização dos preços.

O leilão de energia eólica realizado no ano passado surpreendeu a todos. E a dúvida que ficou é se aqueles projetos conseguiriam concorrer nos leilões A-3. Qual sua opinião sobre isso? Essa fonte ainda precisa de leilões específicos?

De fato, o leilão foi um sucesso. O preço foi surpreendente e ficou bem abaixo do teto estipulado. Agora, mesmo assim, esses preços ficaram mais altos se comparados aos últimos leilões A-3. Então, está próximo, mas não está abaixo. Mesmo que conseguimos reproduzir esse mesmo preço em um leilão A-3, se os projetos tivessem competido, teriam perdido. Mas a boa notícia é que os preços ficaram muito mais próximos. Mecanismos de incentivo de política energética o Brasil sempre pode ter. Se quisermos privilegiar algum tipo de energia, pode-se desonerar tributariamente aquela fonte. Nossa ressalva é que esses incentivos têm que ser dados no sentido de diminuir o custo de produção daquela energia e não, como já se fez no passado, no sentido de cobrar a mais do consumidor visando subsidiar aquela fonte.

Parece que o leilão de Belo Monte está prestes a sair. O ministro de Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que a licença sai até fevereiro. O licenciamento ambiental deste projeto foi bastante conturbado e levou muito tempo. Que lições o setor elétrico brasileiro pode tirar do processo de licenciamento dessa usina?

Eu até prefiro generalizar. Eu tenho uma visão mais ampla sobre a questão de licenciamento. Na verdade, o Brasil tem evoluído bastante nesse aspecto. Levou mais de 100 anos para que o Brasil melhorasse as regras de licenciamento no que diz respeito às formas de compensação e mitigação dos impactos provocados pelo empreendimento no meio ambiente e na sociedade.

Nos últimos 10 ou 15 anos, surgiu um volume grande de leis, normas e regras impondo aos projetos uma série de ações de mitigação. Nós fizemos um levantamento que mostra que na média brasileira a cada 100% investido em construção de usinas, cerca de 14,5% são de gastos socioambientais, o que é um número extremamente expressivo. Em usinas como Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, o gasto com isso chega a casa do bilhão.

O blecaute de novembro do ano passado, que deixou 18 Estados sem energia elétrica, poderia ter sido evitado de alguma forma ou ele foi algo inevitável?

Até agora, eu gostaria de ter visto um relatório absolutamente conclusivo das autoridades. Um evento daquele tipo já deveria ter um relatório que explicasse o que aconteceu. O episódio aconteceu em linhas de transmissão, mas até agora não está claro quem foi o responsável por isso. E há uma situação muito perversa nesse caso, pois o problema foi nas linhas de transmissão de Furnas, mas quem está pagando indenizações por equipamentos queimados são as empresas distribuidoras, que são vítimas tanto quanto os consumidores.

Com relação à falha na metodologia de cálculo da Parcela A que veio à tona no ano passado, o sr. acha que a Aneel e o governo deveriam encontrar uma forma de ressarcir os consumidores pelos valores pagos indevidamente?

De jeito nenhum. São alguns conceitos que ficaram um pouco imprecisos. A metodologia tarifária é estabelecida por instrumentos de lei, de contrato de concessão e de normas regulatórias emitidas pela agência. As empresas são obrigadas a cumprir exatamente aquilo que está escrito.

Supostamente, ao estabelecer as normas e as leis, o Estado brasileiro o faz no melhor juízo e com a melhor técnica. Então, a empresa é obrigada a seguir essas regras e elas fizeram isso. O que aconteceu, por força de uma onda de informações não conclusivas, gerou uma pressão muito grande. O único mérito disso foi colocar um acelerador no sentido de melhorar a regulação. E isso eu tenho esperança que se caminhe nessa linha. Se nesse mecanismo há uma imperfeição, que se corrija o mecanismo, aprimorando-se o conjunto da obra.